

# Portugal e o mundo no tempo do padre António Vieira

Conferência proferida na Ericeira, a convite do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica (ICEA) e da Associação Portuguesa da História (APH), no dia 1 de Março de 2008, e realizada na Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva.

Por: Prof. Doutor José Pedro Paiva (APH)

Em 6 de Fevereiro de 1608, nascia em Lisboa, António Vieira. A sua longa existência veio a espriar-se por quase toda a duração do século XVII, pois aquele que foi um dos mais destacados protagonistas da vida portuguesa do seu tempo faleceu na Baía, em 18 de Julho de 1697. Longevidade extraordinária, para uma época na qual a mortalidade era alta e habitualmente precoce, pesem as dificuldades de saúde que constantemente o apoquentaram a partir dos 55 anos.

Terá sido provavelmente no púlpito que Vieira melhor expressou as suas capacidades. Foi através dele que alcançou grande notoriedade e influência no seu tempo e uma aura de fama e glória que não se extinguiram com o seu falecimento, como aqui hoje o comprovamos. Do ponto de vista estritamente literário é ainda nos sermões que se pode encontrar a expressão mais sublime do seu talento.

Veja-se como ele compara a função do missionário na evangelização dos índios à actividade de um escultor de pedra, em excerto do *Sermão do Espírito Santo*, pregado em 1657, antes da partida para o Amazonas de uma missão de jesuítas. Ouçam-se as palavras de Vieira:

“Concedo-vos que esse índio bárbaro e rude seja uma pedra; vede o que faz em uma pedra a arte. Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão e começa a formar um homem, primeiro membro a membro, e depois feição por feição, até à mais miúda: ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos; aqui desprega, ali arruga, acolá recama; e fica um homem perfeito, e talvez um santo, que se pode pôr no altar”.

Eu não possuo o talento oratório de Vieira para, em tão curto espaço, mas com tanta beleza, força, elegância, ritmo, traçar o panorama do mundo em que ele viveu. Tanto assim é que vos lerei um texto, o que Vieira nunca faria nas suas pregações. Mas não deixarei de tentar traçar-vos um quadro geral e sintético do Mundo e de Portugal nos quase cem anos em que viveu. Advertindo, desde já, que me deterei com mais vagar nas dimensões culturais e religiosas da época, pois foi nesse palco que Vieira mais actuou. E, deste modo, talvez se criem condições para melhor o entender, ao seu pensamento e à sua obra.

Vieira atravessou quase integralmente um século muito fustigado por várias catástrofes e rasgado por grandes inovações. Na generalidade dos territórios Europeus tratou-se de um período conjunturalmente bastante difícil.

Foi um período que nasceu assistindo a uma certa supremacia do mundo ibérico e que definiu dominado pela emergente Holanda, porventura a grande potência económica do tempo, pela França de Luís XIV, e pela conturbada Inglaterra em tempo de transição depois da gloriosa revolução de 1689, regiões que não foram tão assoladas pela severidade da crise.

Muitos historiadores classificaram já o século como um “século de ferro”, por oposição ao “século de ouro” que teria sido o século XVI. Colocado entre o “renascimento” de Quinhentos e as “luzes” de Setecentos foi quase sempre objecto de uma leitura desvalorizadora, uma espécie de intervalo entre dois momentos de esplendor na linha do progresso do homem europeu.

Porquê um século de ferro? Pela circunstância de um ciclo de fomes e pestes, em boa parte provocadas por condições climatéricas bastante desfavoráveis, terem voltado a assolar repetidamente a Europa, que por isso conheceu uma certa estagnação demográfica e dificuldades económicas que se acentuaram a partir dos meados da centúria. Às crises de fome e às pestes, juntaram-se alguns conflitos bélicos bastante destrutivos, entre os quais a Guerra dos Trinta Anos e as invasões Turcas. A primeira, apesar de se desenrolar quase exclusivamente naquilo que hoje é a Alemanha, envolveu muitas nações e terminou com a celebração da paz de Vestefália, em 1648, cimeira à qual ainda se pensou enviar Vieira. Já os

avanços e recuos das invasões turcas, que Vieira seguiu e comentou com assiduidade na sua correspondência, foram fonte de grande insegurança no mundo cristão. Mas para além destas duas mais graves e duradouras crises bélicas, ao longo dos cem anos do século não há um único em que não seja possível dar sinal de um conflito num qualquer ponto da Europa. A velha trilogia da fome, da peste e da guerra que, em bom rigor, nunca abandonara a Europa, retornara com fulgor, dando do século a imagem de uma época atormentada.

Do ponto de vista económico, exceptuando os casos dos Países Baixos do Norte e da Inglaterra (nesta, sobretudo depois de vencida a metade da centúria), por toda parte se sentiram dificuldades, as quais se acentuaram dramaticamente pelos anos vinte. Os indícios deste quadro genérico que, sublinhe-se, não é generalizável e que teve, naturalmente, conjunturas de maior e menor severidade são múltiplos: estagnação demográfica (quando não quebra de contingentes populacionais), baixa generalizada da produção e da produtividade agrícola e, em muitos sectores, dos fluxos comerciais (a rota do Cabo explorada por portugueses é disso um bom sinal), empobrecimento geral das populações, retracção muito significativa da quantidade de metais que chegavam da América e que em Quinhentos haviam excitado as economias europeias, grande instabilidade dos preços, com uma tendência geral no sentido da deflação.

Em face deste quadro, instalou-se um período mais céptico em relação às possibilidades ilimitadas da natureza humana que no Renascimento tinham dado fé e esperança aos primeiros homens do Mundo Moderno então nascente.

Não espanta, por isso, o forte ressurgimento da religião a que por todo o lado se assiste. Como escreveu Pierre Chaunu "todo o século XVII procura Deus". Não há dúvida que muitos espíritos do tempo foram contagiados por este ambiente.

Do ponto de vista religioso este foi ainda um período da constatação da irreversibilidade da fractura no mundo cristão entre católicos e protestantes, talvez por isso época de grande intolerância. Mas também uma época de afirmação da nova imagem que a Igreja pretendia dar de si desde o Concílio de Trento. Foi pois o tempo da afirmação da contra-reforma ou reforma Católica, movimento de renovação da Igreja no qual a missiões e a C<sup>a</sup> de Jesus, da qual Vieira era parte, tiveram papel

preponderante.

No plano dos códigos estéticos foi o século do Barroco.

Neste domínio tratou-se de uma época de novas gramáticas estéticas, de sensibilidade e de gosto. Na literatura, na pintura, na escultura, na arquitectura, na música, no teatro, na culinária, na festa, no vestuário, nos rituais fúnebres, nas manifestações religiosas e de piedade triunfa um gosto, uma sensibilidade diferente que se pode designar por barroca.

O barroco não foi apenas um estilo artístico. Foi isso, mas foi mais do que isso. Foi uma tendência dominante de estética, de gosto, de sensibilidade que atravessou toda a Europa desde 1600 (em certos aspectos com manifestações mais precoces), prolongando-se em muitas regiões até aos meados do século XVIII, e que acabou por se expandir para fora do continente, sobretudo para a América Central e do Sul.

Criticado por alguns por não observar as regras que o classicismo anterior tinha determinado, e que tinham em Aristóteles no pensamento, em Cícero na arte da linguagem e em Vitruvius nas belas artes os definidores de uma medida, o barroco escapa a toda a tentativa de uma definição globalizante. A busca da originalidade e a refutação da norma foram alguns dos seus traços dominantes. Mas não há dúvida que é uma tendência na qual se verifica uma certa insistência em determinados aspectos, denunciadores de alguma melancolia ou conturbação do espírito perante a sensação de derrocada do mundo. A morte, a vanidade e brevidade da vida, (bem expressas nas inúmeras naturezas mortas que os traços dos pintores gostaram de captar) a ilusão e a instabilidade emocional estão habitualmente presentes e expressam-se na profunda admiração pelo contraste entre a aparência e a realidade. Este contraste é sublimemente representado no drama célebre de Pedro Calderon de la Barca, *La vida es un sueño* (c. 1638). Não foi por acaso que o teatro, o espectáculo que melhor apresenta a ilusão e a surpresa, alcançou tanta admiração no período, com Shakespeare em Inglaterra, Torelli em Itália, Corneille, Molière e Racine em França, Lope de Vega e o já referido Calderon de la Barca em Espanha. Na pintura o uso do *trompe-l'oeil*, os jogos de luzes e sombras, explorados com suma maestria nas telas de Rembrandt, assinalam bem a mesma ideia de ilusão e de engano que na literatura será expressa através do recorrente uso da metáfora.

A própria palavra que designa esta tendência de gosto, barroco, dá

bem conta de muitas outras das suas particularidades. Em português o adjectivo barroco significa irregular, extravagante, exagerado, por oposição a uma certa harmonia, equilíbrio e geometria do Renascimento. Daí o fascínio pelo espectáculo (aquilo que fere os olhos, um dos sentidos mais estimulados na corrente) e pela ostentação, que foram bem usados ao serviço da afirmação do poder das monarquias absolutas que emergiam, ou da Igreja Católica triunfante. A estética barroca foi bem usada pela Igreja na era da Reforma Católica para afastar alguns aspectos pagãos que se haviam insinuado na arte religiosa do Renascimento, para se sobrepôr à heresia protestante, para glorificar a Igreja e para fornecer aos olhos dos crentes a exaltação de Cristo, da Virgem e dos santos.

As várias intervenções que Bernini fez na Basílica de S. Pedro, em Roma, por exemplo, são o sinal evidente destes novos caminhos e da importância que para a própria Igreja teve esta arte, usada enquanto retórica do divino e do seu poder.

A desmesura, o excesso, o exagero, sinais da necessidade de um contraponto equilibrador num mundo repleto de carências e sofrimento, refletem-se também nas cores, nos materiais e nas formas usados. Por isso, na pintura se encontra um grande apelo a cores fortes, na escultura se abusa do dourado, no vestuário e seus adornos refulgem magníficas e complicadas jóias com que se adornam as damas e sobressaem exuberantes rendas folhadas dos punhos e dos decotes, ou longas e retorcidas abas dos chapéus.

A noção de movimento, reflexo da ideia de mudança e da transformação, também aparece vertida por todo o lado. Na arquitectura manifesta-se em fachadas ondulantes, colunas salomónicas, tribunas e janelas cheias de curvas, cortinas que fingem esconder a realidade e dão aparência de mistério, de que um qualquer dourado altar barroco português é um símbolo e, simultaneamente, expressão evidente de um certo horror ao vazio. Na escultura, esse movimento facilmente se percebe, usando a comparação, ao colocar lado a lado a serenidade e estaticidade do David de Miguel Ângelo e a dinâmica que Bernini conferiu ao seu David a lançar uma funda. Na música, as fugas que Johann Sebastian Bach compôs, quando este espírito barroco entrava no seu ocaso, constituem a percepção sonora dessa mesma ideia de movimento.

O estímulo dos sentidos, a melhor porta para levar à comoção e à

conversão é outra importante faceta da corrente. Olhe-se atentamente para a disposição e a abundância de uma mesa num banquete palaciano (como a representada na magnífica Alegoria do gosto (1618) de Jan Brueghel o Velho), atente-se nos programas iconográficos preparados nos rituais da monarquia, observe-se uma pintura devota, por todo o lado o estímulo a uma forte sensibilidade. Não raras vezes a uma sensibilidade trágica, que Caravaggio e Jusepe de Ribera magistralmente captaram nas suas telas.

Em síntese, o barroco foi uma tendência difícil de definir que se infiltrou nas artes plásticas, na música, na literatura, no vestuário, nos comportamentos cortesãos, nas formas de religiosidade e que se pautou por ser mais sensitiva que racional, mais desmesurada do que contida, mais metafórica que realista, mais ondulante que rectilínea, mais colorida que acromática, mais espectacular que sóbria, mais instintiva do que reflectida.

Mas o século XVII teve ainda outra faceta que de modo algum poder ser esquecida. Foi então que emergiu o espírito científico e o método experimental, que provocaram avanços importantes no conhecimento do mundo físico, graças aos trabalhos e reflexões de Galileu, Bacon, Torricelli, Kepler, Descartes e, mais tarde, Newton. Simultaneamente, esta nova postura e os novos conhecimentos que determinava forçaram uma reformulação do pensamento aristotélico, em particular, e de todo o saber herdado do mundo Clássico greco-romano em geral, pondo ainda em causa uma certa ideia de natureza gerida pela providência, que também teve consequências no plano teológico. Que o diga Galileu, vítima de processo inquisitorial em Roma.

Com esta corrente instaurou-se um novo paradigma de conhecimento do mundo físico, baseado em pressupostos completamente novos e que marcará o mundo até ao tempo presente.

Quais os aspectos decisivos dessa nova e revolucionária maneira de entender o universo físico?

- A criação do método experimental, uma forma radicalmente nova de proceder, que é formulada pela primeira vez com alguma sistematização no *Novum organum* (1620), de Francis Bacon, se bem que Galileu já a tivesse praticado anteriormente.

- A noção de que é possível quantificar o mundo físico que se pretende

conhecer, ganhando em rigor, autorizando a comparação, permitindo a demonstração, o que Galileu proporá de forma quase poética no *Saggiatore* (1623), quando afirmou que "a natureza está escrita em linguagem matemática", proposta que as reflexões de Descartes se encarregaram de demonstrar e aplicar.

- A necessidade de proceder racionalmente com toda a segurança, duvidando de tudo, até dos sentidos (sobretudo dos sentidos), tudo criticando, até que não haja quaisquer dúvidas que possam ofuscar a certeza do conhecimento (até que as ideias estejam "claras e distintas"), em suma, encontrar um método seguro para alcançar certezas, caminho explanado por René Descartes no *Discurso do Método* (1637).

- A uniformização da mecânica terrestre e celeste, que as "esferas" aristotélicas haviam separado numa física dos dois mundos, unem-se, ou melhor, passam a ser entendidas através de princípios comuns, ao mesmo tempo que se passa a conceber o universo como um espaço infinito, o que permitiu começar a conhecer o seu funcionamento, sobretudo graças aos trabalhos de Isaac Newton, cujas conclusões durarão até aos inícios do século XX, até ao aparecimento da relatividade de Einstein.

- A invenção de novos instrumentos, chamem-se científicos, que permitiram ampliar a observação natural dos sentidos humanos e quantificar os fenómenos observados, iniciando-se um caminho que permitiu ver o infinitamente grande e o infinitamente pequeno (o telescópio e o microscópio) e que consentiu "contar" as temperaturas (termómetro) e a pressão atmosférica (o barómetro).

- A emergência de instituições específicas onde esta nova investigação científica se fazia, discutia e organizava: as academias e as revistas científicas.

Tudo isto foi gerador de um impressionante conjunto de descobertas que se sucederam em vários domínios e que, repita-se, revolucionaram o conhecimento. Na astronomia, Kepler demonstrou pela observação e pelo cálculo a forma elíptica do movimento dos planetas e confirmou matematicamente as teorias copernicianas do heliocentrismo; Galileu, graças às observações feitas através do seu telescópio descobre as manchas solares, o anel de Saturno, o relevo da lua, e outras "visões" que anuncia ao mundo num livro, publicado em 1610, com um título fascinante: *Nuntius sidereus* (O anunciador dos astros); Newton congemma a lei da gravitação

universal. Na Física, Galileu formulou as leis do movimento pendular, da queda dos graves, do movimento uniformemente acelerado, a trajectória dos projecteis, Torriceli demonstrou a existência do vácuo, Pascal o peso do ar (pressão atmosférica), C. Huyghens equacionou as leis da força centrífuga. A física das qualidades de Aristóteles dava lugar à das quantidades. Na matemática houve igualmente notáveis desenvolvimentos, Fermat e Descartes, praticamente em simultâneo, estruturam o cálculo das probabilidades e a análise infinitesimal, Leibniz cria o conceito de série. Na Química, área não tão avançada como a física, Boyle formula a lei da compressibilidade dos gases. Na biologia, Leeuwenhoek descobre os glóbulos vermelhos do sangue e os espermatozóides. Na medicina, Harvey estabelece os princípios da circulação sanguínea e recorrendo a vivisseções de animais, abre o caminho a uma medicina moderna, que deixará de se basear no saber de autoridade divulgado por Hipócrates e Galeno.

Tudo isto pôs em crise a física das qualidades Aristotélica, um saber baseado na especulação intelectual e não na observação, tal como deixou de subordinar a física à ordem da criação divina e, conseqüentemente, à teologia, padrões que tinham dominado o pensamento ocidental até então. E por esta via foram terminando as concepções aristotélicas de um cosmos ordenado, finito, em que a Terra ocupava o centro e o Céu era o espaço perfeito onde vigoravam a incorruptibilidade e a imutabilidade. Nascia um novo mundo.

### **O século XVII em Portugal**

E o que se passava então em Portugal?

Em Portugal o século foi muito agitado do ponto de vista político.

Até 1640 perpetuou-se a integração da coroa portuguesa na monarquia hispânica. Situação herdada do século anterior, na sequência do fracasso de Alcácer-Quibir e de uma política de alianças matrimoniais da coroa portuguesa iniciada no reinado de D. João II que se viria a revelar desastrosa a longo prazo.

As décadas finais dessa união ibérica foram tudo menos fáceis para Portugal. Agravou-se o nível de incumprimento dos acordos de autonomia do reino que se tinham pactuado nas cortes de Tomar de 1581 e que haviam permitido a perpetuação do chamado Portugal dos Filipes. Devido

às graves dificuldades financeiras da coroa, a carga fiscal abateu-se freneticamente sobre todos os portugueses, mesmo sobre os estados privilegiados do clero e da nobreza. Uma vaga de levantamentos anti-fiscais, por vezes violentos, varreu todo o reino, desde o Minho ao Algarve. A agitação política intensificou-se contra as medidas do Duque de Olivares e do par de cunhados Miguel de Vasconcelos, em Lisboa, e Diogo Soares em Madrid, os quais controlavam a vida política portuguesa. No Brasil e no Oriente ofensivas Holandesas e inglesas fizeram perigar o comércio marítimo, quando não perder para aquelas potências parte do império lusitano, como aconteceu com o Pernambuco e a Baía, onde então o jovem António Vieira se encontrava.

No 1º de Dezembro de 1640, um golpe palaciano que provocou pouco sangue, repunha na mão de portugueses os destinos da monarquia e D. João IV, o primeiro rei da Casa de Bragança, assumiu então o poder.

Os anos que imediatamente se sucederam a 1640, foram muito difíceis para Portugal.

Internamente certos sectores da nobreza e do clero não apoiaram D. João IV. Havia muitos indecisos, que naquela instável conjuntura não se quiseram de imediato comprometer. Uns fugiram para Castela. Outros participaram em conjuras contra o rei. Na sequência de uma das mais importantes, em 1641, foram presos e executados alguns grandes titulados do Reino, como o Duque de Caminha e o Marquês de Vila Real, tendo ainda sido preso e morrido nos cárceres o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha.

Por outro lado Espanha não aceitou o desaire provocado pelo golpe de 1 de Dezembro de 1640 e lutou para recuperar o trono, quer por vias diplomáticas, quer militares. Até 1668, altura em que finalmente foi assinado um tratado de paz, várias batalhas, envolveram portugueses e castelhanos.

Entretanto, os territórios ultramarinos em África, no Oriente e no Brasil, eram acometidos principalmente pelas armadas das Províncias Unidas, tendo mesmo muitos deles passado às mãos dos Holandeses, num ou noutro caso de forma irreversível. Muitos estados europeus, entre os quais a Santa Sé, não reconheciam D. João IV como rei. Escasseavam os meios financeiros para sustentar a defesa do reino e os esforços diplomáticos que era necessário empreender.

E Vieira, chegado ao reino em 1641, envolveu-se muito em todo este ambiente, tendo sido um importante agente político e diplomático de D. João IV.

A sucessão de D. João IV, em 1556, foi difícil. O seu filho primogénito, o príncipe D. Teodósio, falecera prematuramente aos 19 anos e os irmãos deste eram ainda meninos quando o pai morreu. A rainha D. Luísa de Gusmão assumiu então a regência até que, em 1662, e graças em boa medida à acção do Conde de Castelo Melhor, Afonso VI assumiu o trono. Demasiado jovem, o novo Rei não tinha capacidade e gosto em governar e seria de imediato dominado pelo valido Castelo-Melhor, promovido ao cargo de escrivão da puridade. Sucedeu então um novo golpe palaciano, liderado pelo seu irmão D. Pedro e por uma facção de nobreza e clerezia descontente com o governo concentracionário e pouco partilhado de Castelo Melhor, que em finais de 1667, força Afonso VI a abdicar. Com D. Pedro e os homens da sua facção no poder, entre os quais alguns eram gente próxima de António Vieira, Afonso VI foi desterrado para os Açores, regressando em 1674 para o Palácio de Sintra, onde faleceu em Agosto de 1683, tendo nessa altura o regente D. Pedro passado a assumir o título de Rei de Portugal.

Foi já no seu tempo que finalmente se assinou o Tratado de Madrid (1668) que punha fim à longa guerra com Castela, cujas várias campanhas tanto tinham debilitado o reino.

Este clima de grande perturbação política foi acompanhado por crescentes dificuldades económicas. A conjuntura internacional depressionária muito afectava a economia portuguesa fragilizada e bastante dependente dos mercados externos para escoar os produtos do seu comércio colonial. Comércio no qual a tríade composta pelo açúcar e tabaco brasileiros e pelos escravos africanos foi lentamente assumindo, ao longo do século, uma situação de maior importância do que o tráfico veiculado pela Rota do Cabo, que no século anterior havia feito de Portugal o “reino da pimenta”. A dominação castelhana da coroa havia ainda legitimado ataques holandeses, franceses e ingleses, a muitos dos territórios portugueses, no Oriente, África e Brasil, ataques que se prolongaram alguns anos após a Restauração, provocando um agravamento da economia. Por outro lado, a perseguição movida pela Inquisição aos cristãos-novos, que neste século assumiu particular violência, tinha como

consequência a fuga de muitos deles para o estrangeiro, transportando consigo avultados capitais. Tudo contribuía decididamente para o aumento das dificuldades económicas e financeiras no reino, onde alguns maus anos agrícolas, acompanhados de fomes e surtos de peste agravavam a situação. Os anos 60 foram particularmente graves e disso dá conta o próprio Vieira em algumas cartas que escreve de Coimbra, referindo a carestia do pão e as moléstias que atacavam a cidade e obrigavam a população a fugir.

A acção da Inquisição Portuguesa teve sempre como mira fundamental a perseguição do judaísmo. A “fortaleza do Rossio”, como Vieira por vezes se lhe referia, estabelecera-se em Portugal em 1536, e durante o século XVII atingia o seu tempo de maior severidade repressiva. Essa dura actuação era instigada e simultaneamente estimulava uma aversão anti-judaica que atravessava verticalmente quase toda a sociedade portuguesa e era claramente responsável por um grande fechamento da vida portuguesa ao exterior.

Acresce a tudo isto que entre a comunidade de cristãos-novos portugueses existiam homens de negócio, mercadores com grande pujança económica que, com receio da acção do Santo Ofício, desde há algum tempo que iam abandonando o país em direcção a Amesterdão, a Veneza, a Ruão e outras paragens, levando consigo os seus capitais.

Esta fuga de gente valorosa, a forma como eram conduzidos os processos pela Inquisição, e a falta de meios financeiros que se vivia em Portugal, desde cedo preocuparam Vieira. A primeira peça onde apresenta as suas posições a este respeito foi redigida em 1643, pouco depois da sua chegada a Lisboa. Trata-se da *Proposta feita a El Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa*, na qual, com enorme visão e sem dúvida alguma ousadia, propõe remédio para a difícil situação que Portugal vivia: “Por estes reinos e províncias da Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do mundo(...)Todos estão desejosos de poder tornar para o reino. (...)Se V. M. for servido de os favorecer e chamar, será Lisboa o maior império de riquezas(...)”.

Culturalmente o século em que Vieira viveu foi ambíguo.

É um erro pensar que no Portugal de Seiscentos, no campo da cultura,

tudo foi atraso e letargia e que o pensamento português teria estado paralisado por quase um século. Alguma historiografia tendeu a sublinhar que durante a dominação castelhana não houve uma actividade cortesã cultural muito activa, e a consequente dispersão da nobreza, recolhida às suas casas de província ou atraída para Madrid por interesses de vária ordem, quase fizeram desaparecer entre nós o grande incentivo mecénico à produção literária e artística. A própria Restauração não teria vindo alterar muito esta situação, devido à agitação política, à irregularidade da vida social, às dificuldades económicas que afectavam o reino.

Mas esta visão é muito parcial, ideológica e redutora. É certo que Portugal perdeu o passo em relação à revolução científica que se dava na Europa, que foi, seguramente, o aspecto mais marcante do tempo no sentido de um certo progresso. É certo que a instabilidade política, a desagregação do império, o rigor inquisitorial, o predomínio do dogmatismo e da autoridade intransigente da Igreja contra-reformista, foram responsáveis por uma sensação de algum desencanto, de fechamento de horizontes culturais, que refreou as tendências laicizadoras e levou a algum recolhimento religioso. Mas isto não é o mesmo que dizer que tudo parou no campo cultural. Podemos dizer e devemos reconhecer que o trágico, o desencanto, a presença avassaladora de Deus e do religioso, a sensibilidade, que marcaram o barroco europeu em geral também foram o padrão que em Portugal prevaleceu. Mas isso não é sinónimo de vazio cultural.

Lance-se o olhar por algumas das tendências mais distintivas da produção cultural portuguesa.

Uma das áreas de mais abundante vigor foi a literatura religiosa, a qual contempla vários géneros, como a literatura ascética e mística, parenética, literatura de devoção, hagiografias, catecismos, guias espirituais, etc. As causas desta abundância não são difíceis de discernir. Expliam-no o grande número da população eclesiástica na estrutura social da população portuguesa (que funcionou como produtora e consumidora do género), o domínio que as ordens religiosas tinham nos centros de produção cultural, a existência da censura do Santo Ofício, a renovação religiosa despoletada pelo Concílio de Trento que estimulou novas formas de espiritualidade, a aceitação que esta literatura teve num público

feminino da alta nobreza

A parenética, ou oratória sagrada, merece um lugar destacado no âmbito da literatura religiosa, pois foi um campo muito apreciado e difundido em todos os países católicos durante o século XVII. Por um lado, em Trento havia-se decidido a necessidade de catequizar as populações, e o sermão era um dos veículos privilegiados para esse efeito. Por outro lado, havia a necessidade de defender a pureza da religião contra os ataques do protestantismo, do judaísmo e de outras interpretação menos ortodoxas do cristianismo. Foi uma espécie de guerra pela palavra, na qual o sermão ocupou lugar destacado.

Os sermões, que podiam ser impressos ou apenas ditos (a maioria), era normalmente encomendados (por um pároco, bispo, convento, rei, Inquisição, confraria, etc) e ocorriam em variadíssimas ocasiões: em autos-da-fé, em procissões na sequência de festas religiosas, no final de certas romarias e peregrinações, na capela real, num convento durante exercícios religiosos, nas missões de interior (também ditas populares, ou rurais), durante uma missa, em cerimónias de exéquias, etc. A sua aceitação social atravessava verticalmente toda a sociedade portuguesa, desde o rei até à massa geral da população. A prédica do sermão tinha habitualmente um conjunto heterogéneo e vasto de auditores. E se o pregador tinha nome e fama, como sucederia com um frei António das Chagas, ou com um António Vieira, era um corropio de gente que se acotovelava nas igrejas e nas praças, em torno dos púlpitos, para os ouvir. Os objectivos do sermão podiam ser variados. Louvar os santos, comemorar os mistérios da Paixão ou as datas santificadas pela liturgia, podendo falar-se de vários géneros. Muitas vezes, sobretudo durante a ocupação filipina e a Restauração, foram também usados como meio de propaganda política. Não se devendo esquecer que foram ainda aproveitados como forma de emulação entre os pregadores e da polémica de afirmação entre as diversas ordens religiosas. Mas difundir doutrina, estimular a religiosidade, extirpar e condenar os erros e os vícios dir-se-ia, com alguma simplificação, constituíam os intentos principais da arte de pregar.

Com frequência, a estratégia usada para alcançar os objectivos pretendidos foi, simultaneamente, atemorizar e doutrinar. Princiava-se por infligir terror, para conduzir os fiéis ao arrependimento e à reforma dos comportamentos, através de uma prédica que insistia em temas como a ira

divina, o juízo final, a dramaticidade da morte, a brevidade da vida, a eternidade e enormidade dos castigos infernais, a gravidade do pecado. Para depois fornecer consolo através de referências à graça e misericórdia de Deus, aos bens da glória celeste, às virtudes de certas devoções - em particular Nossa Senhora.

A arte concionatória era muito trabalhada e encenada e os púlpitos podiam em alguns casos comparar-se a palcos de teatro, de onde o pregador usava todas as técnicas possíveis para tentar convencer os auditores: a maneira como colocava a voz, a selecção de exempla retirados das Escrituras e de autores consagrados que escolhia, os desfalecimentos que insinuava, as imagens que mostrava para que a cena que pintava com palavras melhor se representasse aos olhos dos seus ouvintes, os gestos arrebatados que continuamente fazia (gemendo ao descrever um inferno, chorando ao revelar a Paixão de Cristo, auto flagelando-se se se tratava de mostrar que o corpo devia ser mortificado, mostrando caveiras para ilustrar a fugacidade da vida e alertar para a necessidade de pensar na morte). Para se "tocar o coração e mover a vontade", quase tudo se permitiu. E o choro, os gritos de desespero, o arrepanhar de cabelos e a penitência eram com frequência as respostas que se obtinham dos auditórios.

Por isso, muitas vezes, o pregador e o seu público faziam da pregação não um acto digno e de instrução, mas antes uma comédia teatral pouco condicente como a sua honorabilidade. E o padre António Vieira foi muito crítico deste modo de pregar. Denunciou-o exemplarmente no seu celeberrimo Sermão da Sexagésima, pronunciado na capela real em 1655, que é para muitos considerado um tratado da arte da pregar: "Os ouvintes vêm à pregação como à comédia; e há pregadores que vêm ao púlpito como comediantes: Uma das felicidades que se contava entre o tempo presente, era acabarem-se as comédias em Portugal, mas não foi assim. Não se acabaram, mudaram-se; passaram do teatro ao púlpito".

Outra das áreas onde a cultura portuguesa vicejou durante o século de Vieira foi a produção poética. Era uma poesia dominada pelo gosto barroco, "um discurso engenhoso", que um autor do tempo defeniou assim: "o trabalho do espírito na descoberta de relações insólitas, entre as palavras e o trabalho sobre o discurso para o fazer dizer essas relações".

Uma das facetas deste género foi o uso (e abuso) de certas figuras estilísticas: como as metáforas, as hipérboles e as antíteses, estas últimas

um modo sugestivo de exprimir a tragicidade e contraste dos sentimentos que marcaram o período.

Era, ainda, uma poesia onde a ideia andava frequentemente arredia, e na qual a substância das composições se centrava em assuntos triviais e frivolidades: o desmaio de uma dama, um pintassilgo comido por um gato, uma pulga que mordeu o seio de uma beldade, uma dama que para livrar uma borboleta do fogo de uma vela queimou uma guedelha ou uma desinteria provocada pela ingestão de uma melancia estragada serviram de tema de composição.

Esta temática da lírica barroca é um reflexo paradigmático da ambiência dos tempos. A vanidade e o desengano do mundo, foram dos tópicos mais glosados. Houve nesta poesia uma visão obsessiva do tempo, uma enorme angústia perante o seu fluir. Tópico que já se encontrara na literatura religiosa e que Vieira assim disse num dos seus sermões da Primeira Domingo do Advento: "Considerai o mundo desde seus princípios, e vê-lo-eis sempre, como nova figura do teatro, aparecendo e desaparecendo juntamente, porque sempre está passando". Dominou a ideia de um tempo que foge, transforma e arrasta o homem para o fim. Tudo é uma ilusão, podia dizer-se.

Mas se em épocas passadas estas concepções haviam provocado melancolia e pessimismo, agora também estimulam atitudes de hedonismo existencial, suscitadoras da fruição do presente, sem esquecer que tudo o que é belo e mundano é fugaz, reduzindo-se a cinzas no final. Ora, este sentimento de desengano, amiúde se encontra igualmente na literatura de espiritualidade, na qual se tendia a afirmar a transitoriedade do terreno e a perfeição do eterno e, de forma paroxística, a mostrar a morte como uma libertação.

Foram ainda recorrentes na poesia do tempo a temática amorosa e a sátira do quotidiano, no qual ocupou lugar de relevo o tema dos freiráticos, isto é, dos homens que mantinham contactos e amores com as freiras nas grades (quando não no interior) dos conventos.

Esta forma de galanteio assumiu tamanhas proporções na segunda metade de Seiscentos, que há notícias de conventos onde se mandaram reforçar as grades das celas e, na Universidade de Coimbra, a justiça académica impôs multas pecuniárias aos estudantes freiráticos. Medida que não deve ter sido suficiente, pois um alvará régio de 4 de Maio de 1633

estipulava mesmo a expulsão da universidade dos estudantes reincidentes naquela prática. No início de um poema de João Sucarelo, no qual compara os freiráticos estudantes aos monges, fica bem vincado o tom sarcástico que era colocado nestas composições:

"São os estudantes graves e polidos  
Para tratar com freiras os escolhidos;  
Os frades porqueirões e malcriados  
São em todos seus gostos desgraçados,  
Logo ir querem ao cabo  
E fedem ao bodum como o Diabo.  
Que coisa tão alegre e tão galante  
É ver chegar à grade um estudante,  
Que conceitos, que graça e que aviso!  
É cada qualquer deles um Narciso.  
Ó bem aventurada  
A freira de estudantes namorada. (...)"

Para além da literatura religiosa e da poesia, o século XVII foi fértil em empreitadas artísticas em geral e de pintura em particular. Este surto artístico decorreu de uma multiplicidade de factores:

- das empreitadas motivadas pela renovação da religiosidade decorrente da reforma católica

- da reafirmação do valor pedagógico e espiritual das imagens (com consequências na produção escultórica e pictórica)

- do aparecimento de novas ordens e congregações religiosas que se apetrecham e funcionam como patrocinadoras de múltiplas encomendas

- da reorganização da própria liturgia (com repercussões, por exemplo, na nova geometria das igrejas que vão implantando o modelo do Gesú em Roma).

E Portugal não ficou alheio a este frenesim. Mesmo durante o período da união ibérica, ao qual tradicionalmente se atribuiu um apagamento total do mecenatismo régio, que teria sido responsável pelo estertor das artes, se lançaram importantes programas no domínio da arquitectura. Assim sucedeu com o magnífico e emblemático torreão do Paço da Ribeira, em Lisboa (da autoria de Terzi); com as obras de restauro nos Jerónimos e na Batalha; com o claustro, dito dos Filipes, do convento de Cristo em

Tomar; com a edificação da igreja do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa (iniciada em 1582, sob traça de Juan Herrera, arquitecto do Escorial); com a igreja dos Grilos no Porto (onde trabalhou Baltasar Álvares), para além de intervenções num elevado número de igrejas um pouco por todo o país.

Na pintura as campanhas também se sucederam, se bem que, segundo Vitor Serrão, Portugal tenha recebido com algum atraso os referenciais estéticos dominantes no espaço europeu, tendo conhecido algum apagamento nos meados do século para renascer em qualidade no seu último quartel.

O temário da pintura portuguesa foi sobretudo sacro e a pintura assumiu-se, frequentemente, como retórica da mensagem divina, fazendo um apelo nada contido aos sentidos, bem presente nas inúmeras e emotivas representações da Paixão de Cristo. Prevaleram as representações da vida de Cristo (como no desafiador Menino Jesus deitado na Cruz (1691), da autoria de Bento Coelho, no qual a comoção suscitada pela visão do martírio do Cristo menino, é usada como estratégia de convencimento pelos sentidos).

A hagiografia também ganhou grande fulgor na pintura, como sucedeu na literatura, devido ao vigor do culto dos santos formulado em Trento, com a canonização de novos santos e com o desenvolvimento do hagiológico nacional, podendo ver-se admiravelmente reproduzido em S. Francisco Xavier socorrendo a armada portuguesa em Malaca (1617), de André Reinoso.

E as naturezas mortas, expressão do desencanto da vida, também se produziram, com destaque para as da célebre Josefa de Óbidos.

O século XVII foi igualmente um período de bastante produção historiográfica.

Merece destaque a *Monarchia Lusitana* (1597-1632), obra em vários volumes, na qual se destacaram como autores frei Bernardo de Brito e depois frei António Brandão. Esta monumental obra, apesar dos seus defeitos aos olhos da historiografia que hoje se pratica, constitui a primeira tentativa de elaboração de uma história geral de Portugal, desde os primórdios da sua fundação. Nela retoma-se com vigor a ideia da associação da origem do reino, ao milagre do aparecimento de Cristo a D. Afonso Henriques, em Ourique, um verdadeiro mito das origens. Com

ela se consagra a concepção de um reino desejado por Deus, uma hierofania do seu plano providencial do mundo e um destino que, posteriormente, será repetida à saciedade, constituindo um topos referencial da identidade nacional e do seu desejo de independência. Trata-se de um "lugar de memória" dos discursos político, histórico, religioso e nacionalista.

Este "milagre de Ourique" pode ainda ser visto como uma fonte do forte messianismo que se instalou desde os finais do século XVI, constituindo outro traço forte da identidade nacional, sobretudo através da sua vertente sebastianista e que terá na História do Futuro, de António Vieira, uma das mais admiráveis expressões no século XVII, obra esta em que os contraditórios termos do seu título (história e futuro) são também espelho da clara expressão do espírito barroco do autor. Este sebastianismo, aliás, constitui uma das mais interessantes expressões da cultura portuguesa do tempo. As suas raízes podem encontrar-se no messianismo judaico ou nas trovas populares quinhentistas do Bandarra. Desabrocha com vigor logo após a morte de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir. Assumirá configurações e aproveitamentos muito diversificados. Mas a doutrina essencial deste mito sebastianista é a de um povo cujo destino fica eternamente marcado pela espera redentora de um messias salvador, profecia que, por via do milagre de Ourique já estava inscrita na formação da nacionalidade. E o messias veio a ter muitas encarnações. Durante a dominação filipina vários quiseram personificar a vinda do rei, para Vieira ele foi D. João IV, e posteriormente em vários momentos de fractura e pessimismo da vida portuguesa este espírito viria a ser renovadamente invocado.

O vigor da cultura seiscentista está ainda expresso na emergência de novas instituições onde floresceram e circularam muitas das produções que se tem vindo a elencar. Refiro-me ao nascimento, tanto em Portugal, como no Brasil, de espaços alternativos ao saber das Universidades, das escolas e dos conventos: as academias. Estas academias eram reuniões de pessoas com interesses similares, que decorriam em casas nobres ou de eclesiásticos, sem qualquer regularidade institucionalizada, de forma espontânea, e que funcionavam como centros de convívio cultural e social, espaços de sociabilidade frequentados pela aristocracia, burguesia e clero cultos. Nelas a poesia ocupava um lugar de destaque. De facto, os serões

eram preenchidos, sobretudo, com certames poéticos.

Para terminar esta incursão faço uma referência à questão da penetração do pensamento científico em Portugal. Não haja dúvidas que Portugal se manteve muito distante do ambiente geral que caracterizou a revolução científica. Galileu, Bacon, Kepler, Descartes, Newton foram bastante ignorados. As reticências com que se olhava o que vinha dos países da Europa protestante, onde muito deste saber emergia, e a condenação de algumas das novas descobertas por parte da Inquisição romana, como sucedeu com a obra de Galileu, Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo, em 1633, ajudará a perceber a situação. E até uma leitura sociológica dos agentes deste novo saber fornece elementos para o entendimento desta realidade. A revolução científica havia sido construída, principalmente, por uma burguesia autónoma e livre que, no novo saber, empregou o seu ócio e parte do seu dinheiro. Ora, em Portugal, nunca existiu essa burguesia forte, autónoma, empreendedora, e aqueles que alcançavam fortuna, por via de regra, queriam com ela ser feitos nobres e viver à maneira da nobreza, ou seja, com ostentação e num ócio não produtivo. Havia uma forte atracção pelo estatuto nobiliárquico. Por outro lado, este saber novo, havia quase integralmente sido criado fora da universidade e da escola tradicional. Forjou-se em academias científicas, gabinetes, observatórios, tudo instituições que no século XVII não despontaram em Portugal.

Apesar destes condicionalismos, a cultura portuguesa não ficou completamente à margem do cientismo experimental e matemático de Seiscentos. Ficou arredado do ambiente que o tornou possível e do espírito que o caracterizou, isto é, não foram estas as preocupações centrais das elites intelectuais lusas, nem o espírito de liberdade que autoriza a descoberta científica foi o paradigma dos tempos que então se viviam. Mas, apesar de tudo, algumas das novidades científicas do século divulgaram-se entre nós. Tarde, com limitações e por vezes com erros, isto é, foram mal compreendidas. Por exemplo, as descobertas fundamentais de Galileu, publicadas no seu Sidereus Nuntius em 1610, só circularam em Portugal por volta de 1631, isto é, 21 anos depois. Como também foi tardia e limitada a circulação de Descartes. A censura impediu o acesso às obras de Copérnico em 1616, Galileu em 1633, Descartes em 1663, Bacon em 1668, só para dar alguns exemplos, da tal limitação.

Com base no quadro traçado é um exagero considerar que tudo foi decadentismo e fechamento na vida cultural portuguesa de Seiscentos.

Concluo esta já longa intervenção, convocando de novo a genialidade das palavras de Vieira, *no Sermão da Sexágésima*. Nessa magnífica peça de oratória, proferida em 1655, na Capela Real em Lisboa, perante o rei D. João IV, Vieira disse:

“Vai um pregador pregando a Paixão, chega ao pretório de Pilatos, conta como a Cristo o fizeram rei de zombaria, diz que tomaram uma púrpura e lha puseram aos ombros; ouve aquilo o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos e que lha pregaram na cabeça; ouvem todos com a mesma atenção. Diz mais que lhe ataram as mãos e lhe meteram nelas uma cana por ceptro; continua o mesmo silêncio e a mesma suspensão nos ouvintes. Corre-se neste espaço uma cortina, aparece a imagem do Ecce Homo; eis todos prostados por terra, eis todos a bater no peito, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas. Que é isto? Que apareceu de novo nesta igreja? Tudo o que descobriu aquela cortina, tinha já dito o pregador. Já tinha dito daquela púrpura, já tinha dito daquela coroa e daqueles espinhos, já tinha dito daquele ceptro e daquela cana. Pois se isto então não fez abalo nenhum, como faz agora tanto? - Porque então era Ecce Homo ouvido, e agora é Ecce Homo visto; a relação do pregador entrava pelos ouvidos, a representação daquela figura entra pelos olhos”

Ora como Vieira tão aguda e inteligentemente constatou neste dinâmico trecho, por certo muito pouco do que vos acabei de contar terá impressionado os vossos ouvidos. Por isso vos convido, a que pela via dos olhos, e uma vez regressados a casa, procurem, sobretudo através da observação da arte do período, captar de forma mais impressiva algumas das ideias que as minhas palavras tentaram insinuar.